




Capítulo 6:

Comunidades escolares: quem são e onde estão?



Conhecer em quais espaços essas iniciativas educativas ocorreram foi a primeira análise a que nos propusemos. Escolhemos o infográfico como forma de representação, pois nos permitiu adotar tanto um olhar integrado em uma escala nacional, das localidades e do perfil dessas 238 comunidades escolares, como também uma visão mais particular e aprofundada para algumas das especificidades identificadas (fig. 6).

Podemos observar a participação de todas as regiões do Brasil, com 20 estados mais o Distrito Federal (DF). Mais da metade das participações (58,4%) foi da região Sudeste, seguida da região Nordeste (19,8%), Sul (13%), Norte (5,9%) e Centro-Oeste (2,9%).

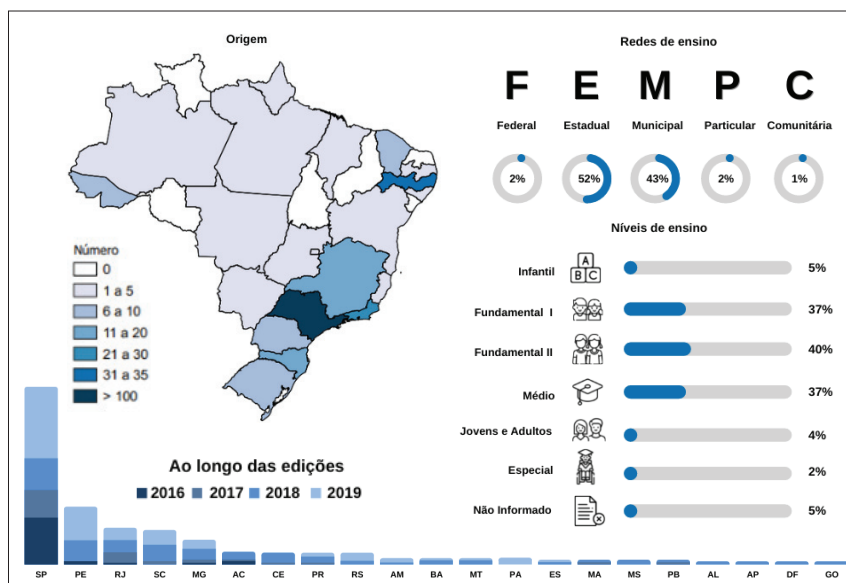


Fig. 6 - Procedência e perfil das 238 comunidades escolares participantes (Fonte: autoria própria, em colaboração com Beatriz Luna (arte final). Criado Recursos do Flaticon.com).

Os estados de Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) participaram consecutivamente em todas as edições. Quatro participaram em três edições, Acre (AC), Pernambuco (PE), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) e os estados do Amazonas (AM), Bahia (BA), Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT)

e Rio Grande do Sul (RS) participaram nas duas últimas edições. As Unidades Federativas que tiveram uma única participação e todas em 2018 foram Alagoas (AL), Amapá (AP), Distrito Federal (DF) e Goiás (GO). Os estados do Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe, Rio Grande do Norte e Tocantins não chegaram a participar dessas primeiras edições.

O estado de SP se destacou no mapa com 102 comunidades escolares e apresentou as maiores participações em todas as quatro edições. Podemos inferir este resultado como reflexo de contextos e estratégias adotadas no desenvolvimento de iniciativas em ERRD: 1) seminários, videoconferências, cursos e projetos promovidos desde 2012 (Cardoso; Damiani; Matsuo, 2020); 2) organização conjunta da campanha em 2016 com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil de São Paulo, com lançamento por videoconferência que contou com participação de 2.041 profissionais das 91 Diretorias Regionais de Ensino (Matsuo *et al.*, 2017); 3) o Cemaden está localizado no município paulista de São José dos Campos e apesar de ter uma atuação em território nacional, algumas ações presenciais no período pré-pandemia do Programa Cemaden Educação foram potencializadas na região pela facilidade de acesso, permitindo assim um contato direto e pessoal na divulgação da campanha (CEMADEN EDUCAÇÃO, 2019); e 4) SP também é o estado com a maior rede de ensino no Brasil, com dados que variam de 33.459 escolas pelo Catálogo de Escolas do INEP (2019) a 39.850 pelo Censo Escolar do IBGE (2021), representando em torno de 15% do total nacional.

Pernambuco foi o estado com a maior participação da região Nordeste e o segundo nacional (13,8%), representado em grande parte por Jaboatão dos Guararapes, município atingido no 1º semestre de 2022 por deslizamentos de terra que vitimaram quase uma centena de pessoas. Retomaremos o envolvimento de Jaboatão dos Guararapes logo mais quando tratarmos da participação em nível municipal.

Na região Sul, a maior participação foi do estado de SC (8%), com destaque para os municípios de Blumenau, Brusque, Camboriú e Ibirama, com inscrições em várias edições, principalmente por meio das Defesas Cíveis municipais. A participação dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste ainda é bastante reduzida, representada por 5,9% e 2,9% respectivamente.

Em termos municipais, houve um crescimento da participação dos municípios dessas 238 comunidades escolares, principalmente até a terceira edição. Na edição de 2016, foram 25 municípios; na segunda edição, foram 28; na terceira, 62 e, na quarta edição, houve um decréscimo, com 53 municípios. Apesar de representar um aumento tímido, o número de inscrições quase triplicou entre a primeira e a quarta edição, passando de 33 para 94 municípios.

Do total de 118 municípios participantes, aproximadamente 60% (n=69) são monitorados¹⁵ pelo Cemaden (Apêndice A), para os riscos hidrológicos e/ou geológicos. Reconhecemos que o fato de um município não ser monitorado pelo Cemaden não significa que ele esteja isento da ameaça de desastres. Entretanto, escolhemos realizar a interface dos dados com esta condição, visando a construção de futuros e possíveis cenários de intervenções educativas e políticas públicas integradas. Dessa forma, buscamos facilitar a visualização com a adoção deste símbolo (M) ao lado dos municípios monitorados.

No intuito de destacar os municípios que tiveram as maiores participações, criamos os top 5 (fig. 7). Jabotão dos Guararapes foi o que apresentou a maior participação com 25 inscrições nas edições de 2018 e 2019. A participação das 22 unidades de ensino ocorreu por meio das ações de mobilização e educação da Defesa Civil de Jabotão dos Guararapes. Esta articulação municipal conta com a parceria da Universidade Federal do Pernambuco e tem propiciado o aprimoramento das ações para a criação e fortalecimento do Núcleo de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) em cada escola. Esta atuação em sistema colaborativo foi contemplada com o prêmio de mérito na campanha de 2019 (ver mais em Panzeri *et al.*, 2020).

Com exceção de Jabotão dos Guararapes, todos os outros municípios estão localizados na região Sudeste, mais especificamente no eixo Rio-São Paulo. São José dos Campos foi o segundo município em número de participação, com 11 inscrições, seguido das capitais São Paulo com oito e Rio de Janeiro com sete. Guarujá/SP,

¹⁵ Cemaden monitora 1.038 municípios em todas as regiões brasileiras, o monitoramento é realizado a partir do mapeamento georreferenciado das áreas de riscos para processos hidrológicos e geológicos, provenientes da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR), do Departamento de Recursos Minerais (DRM), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IG) entre outros (Cemaden, 2022).

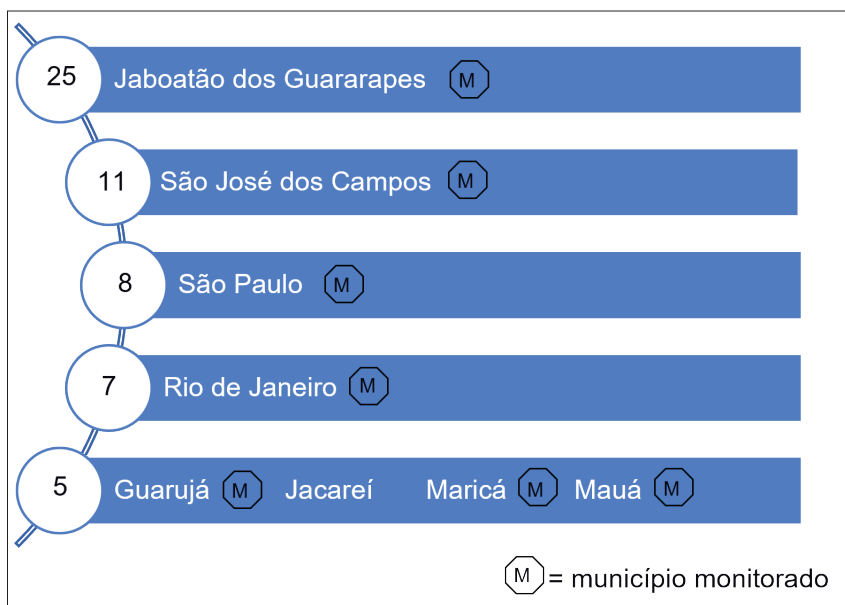


Fig. 7 - Top 5 dos municípios em número de participação.

Jacareí/SP, Maricá/RJ e Mauá/SP tiveram a mesma participação com cinco inscrições. De todos esses municípios, apenas Jacareí não é monitorado pelo Cemaden.

Quando analisamos a participação dos municípios sob o aspecto da periodicidade ao longo das quatro edições, encontramos a mesma representatividade da região Sudeste, mas com algumas mudanças. Guarujá/SP, Maricá/RJ, Mococa/SP e São João del-Rei/MG foram os que participaram em todas as quatro edições (fig. 8). Os municípios de Guarujá e Maricá foram os únicos do top 5 que também mantiveram essa constância desde a primeira edição da campanha motivada pela articulação das Defesas Civas municipais com as comunidades escolares, aspecto que trataremos mais adiante. Já a continuidade de Mococa, o único município que não é monitorado, se deu pela participação de escolas estaduais; e São João del-Rei foi representado pela mesma escola estadual vinculada ao projeto de extensão universitária de uma universidade federal.

Mais da metade dos municípios, 64%, ou seja, 76 participaram uma única vez na campanha e 26 municípios participaram em duas edições. Já os municípios

listados no top 5, São José dos Campos, Rio de Janeiro e São Paulo, juntamente com os municípios paulistas de Campos do Jordão, Santos e Ubatuba compõem a lista dos que participaram em três edições da campanha (fig. 8).

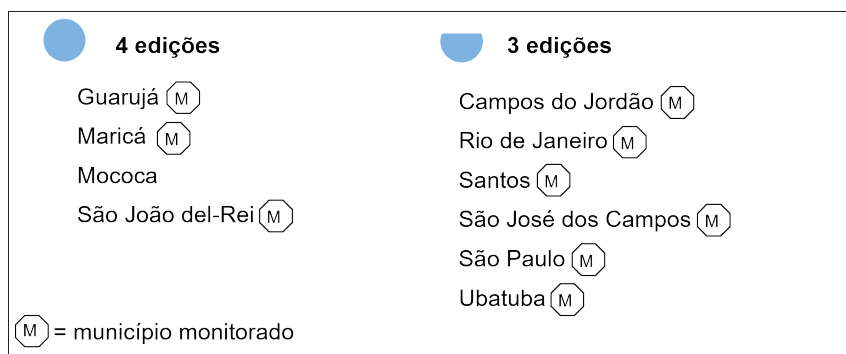


Fig. 8 - Municípios com periodicidade nas edições da Campanha #AprenderParaPrevenir.

Em termos do perfil dessas comunidades escolas, observamos, na fig. 6, uma diversidade tanto nas redes de ensino (Federal, Estadual, Municipal, Particular e Comunitária) quanto nos níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial). Vale esclarecer que uma mesma inscrição pode ter envolvido mais de uma rede e/ou vários níveis de ensino, deste modo, a porcentagem ultrapassa os 100%.

As comunidades escolares eram predominantemente da esfera pública (97%). A rede Estadual foi a mais expressiva em número total de inscrições, com 123 inscrições e com a participação de 16 estados. Já a rede Municipal veio na sequência com 102 inscrições e com a atuação de 18 estados, apenas três estados não participaram nesta modalidade, AC, AP e DF. Essa combinação de rede Estadual e Municipal foi identificada na maioria dos estados, o que acaba refletindo também nos níveis de ensino dessas comunidades escolas mais presentes, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

A participação das seis instituições da rede federal foi encontrada nos estados do MA, SC e RJ e esteve vinculada aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou Universidades Federais localizados nos municípios de São Luís no

MA, Ibirama e Camboriú em SC e Maricá no RJ. Essa rede teve uma atuação mais direcionada às/aos estudantes do Ensino Médio, seja por meio da realização de Trabalho de Conclusão de Curso ou do desenvolvimento de projetos relacionados aos cursos técnicos de Hospedagem, Meio Ambiente, Edificações, Defesa Civil entre outros.

A escola pública, muitas vezes acusada injustamente de estar estagnada e não trazer inovações como as escolas da rede privada, apresenta em nossos resultados todo o seu protagonismo. Essa representatividade das escolas públicas nas edições da campanha denota a atuação e potência de professoras/es na criação, adaptação frente a uma temática emergente e essencial na atualidade.

Escolas particulares foram representadas por quatro iniciativas com estudantes do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, localizadas nos municípios de Florianópolis, em SC, e Guarujá, São José dos Campos e Sorocaba em SP.

As únicas duas representações de escola comunitária vieram de Jaboatão dos Guararapes em PE, envolvendo estudantes do Ensino Fundamental I e II. Os estados de RJ e SC foram os únicos que participaram com as múltiplas redes Federal, Estadual, Municipal e Particulares.

Ao nos aprofundarmos em quais níveis de ensino a temática de ERRD foi adotada, podemos observar que houve uma certa similaridade quanto ao número total de comunidades escolares do Ensino Fundamental II (95 inscrições), do Ensino Fundamental I e do Ensino Médio (87 inscrições cada). Resultado que indica a necessidade de esforços conjuntos com esses segmentos, além da integração da temática de forma sistêmica e que faça avançar o que foi apresentado pela BNCC, como já discutido anteriormente no capítulo 2.

Quanto à representatividade de cada nível ao longo dos anos da campanha, o primeiro aspecto que nos chama a atenção é a evolução do Ensino Fundamental I, que se transformou no nível com o maior número de participação (fig. 9).

Originalmente a campanha foi destinada ao público do Ensino Fundamental II e Ensino Médio (QUADRO III), já que buscava a participação desses níveis, enquanto proposta de transformar as escolas em um “Cemaden micro-local” com a criação de espaços de pesquisas, monitoramento e alertas de desastres (Trajber *et al.*, 2017). Por conta desta restrição dos públicos, encontramos apenas duas participações do

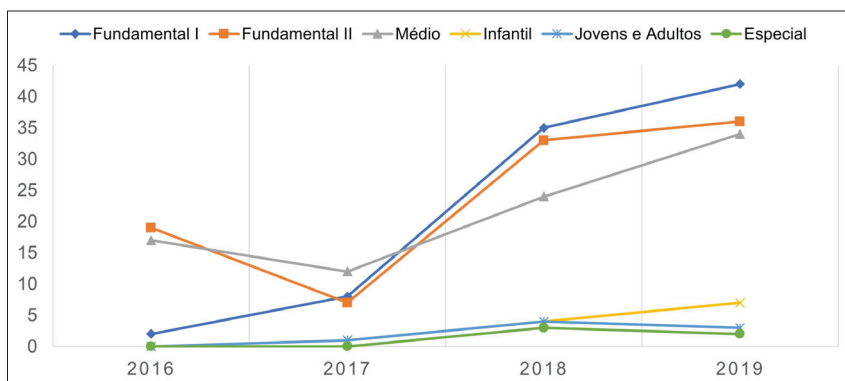


Fig. 9 - Representatividade de cada nível de ensino ao longo das edições.

Ensino Fundamental I na campanha de 2016, incluídas por serem práticas que já estavam em andamento. Contudo, com a ampliação desse nível de ensino, a tendência de aumento contínuo já foi verificada a partir de 2017.

Esse envolvimento de estudantes mais novas/novos como os do Ensino Fundamental I em conjunto com os da Educação Infantil (12 inscrições da rede Municipal de MA, MG, PR, RJ, RS, SC) sinaliza a possibilidade de inclusão de atividades de ERRD nesses espaços educativos, contribuindo assim na formação de uma nova geração crítica, pautada na autoproteção e na resiliência.

Considerando que as crianças são as mais vulneráveis aos desastres (UNISDR, 2006), mas concomitantemente são as mais receptivas aos aprendizados de proteção e prevenção (Petal, 2008), essa abertura para inclusão de atividades relacionadas à RRD com este público infantil possibilita que conceitos, metodologias e práticas possam ser integrados desde os primeiros anos da alfabetização, de forma a contribuir na formação de adultos mais seguros.

O envolvimento dessas escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi encorajado pela mobilização local de outros atores, especialmente as Defesas Cívicas municipais de 12 estados, AM, BA, CE, ES, MG, MT, PE, PR, RJ, RS, SC e SP. Várias delas articularam estrategicamente as redes municipais no desenvolvimento de atividades sobre os riscos e desastres. Algumas delas bastante atuantes e de referência no cenário nacional, como as Defesas Cívicas de Petrópolis,

Maricá no RJ, Jaboatão dos Guararapes em PE, Blumenau e Ibirama em SC e Belo Horizonte e Contagem em MG, seja pelo seu histórico em ocorrência de desastres, pela atuação no campo da educação ou pela produção de pesquisas na área de RRD e EA. Algumas das pesquisas encontradas no estado da arte sobre a temática RRD na produção acadêmica de EA no Brasil foram desenvolvidas nesses municípios (Matsuo *et al.*, 2019).

Outro aspecto da fig. 7 a ser tratado está relacionado com as ausências que encontramos, principalmente sobre o envolvimento das/os estudantes do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial. Atividades na modalidade EJA foram encontradas em nove comunidades escolares estaduais e municipais em quatro estados, na BA, nos municípios de Riachão do Jacuípe e Cícero Dantas, em Jaboatão dos Guararapes, no PE, Cuiabá, em MT e Maricá, no RJ. Essas práticas representam 4% de todas iniciativas inscritas e revelam uma lacuna e ao mesmo tempo uma oportunidade de futuras investigações, assim como intervenções de ERRD e planejamentos de políticas públicas voltados à EJA, considerando que: i) trata-se de um público composto de 3,2 milhões de estudantes em todo o Brasil (INEP, 2020); ii) as/os estudantes são mães/pais, tias/tios, avós/avôs e costumam ser responsáveis pelas decisões familiares; iii) mulheres e idosas/os são grupos mais vulneráveis aos desastres (UNICEF; UNISDR, 2011); e iv) podem ter papéis de liderança nos processos de decisão de autoproteção comunitária (igreja, associação, comércio, etc).

Além disso, os jovens possuem algumas características que os tornam um grupo único, sua inquietude, energia, curiosidade, liberdade, ideais e autonomia em suas escolhas, contribuem ativamente na integração de conhecimentos em RRD, na tomada de decisões, na promoção de mudanças para a proteção comunitária e na construção de novas condições de vida de suas famílias e comunidades (Cumiskey *et al.*, 2015; González Gaudiano; Maldonado González; Sánchez Cruz, 2018; González Gaudiano; Maldonado González, 2017; Shiwaku; Fernandez, 2011; Trajber; Olivato, 2017).

O público da Educação Especial foi representado nas práticas de duas instituições, uma escola municipal do Rio de Janeiro e uma instituição destinada à Educação Especial em Cuiabá/MT. Essas comunidades escolares participaram em

edições consecutivas e atendiam estudantes com surdez, com síndrome de Down e com deficiência visual e intelectual. Levando em consideração a inclusividade das escolas, é possível que outras práticas também tenham envolvido esse público, mas apenas nessas quatro práticas foi possível essa identificação.

Contudo, vale reforçar que por se tratar de um grupo social vulnerável frente à ocorrência de desastres, desenvolver práticas inclusivas são fundamentais e carecem de atenção das/os gestoras/es, profissionais das áreas de educação e de RRD, assim como das/os pesquisadoras/es. Em seu estudo de caso, as autoras Gomes, Sato e Silva (2019) abordam a questão da invisibilidade social dos deficientes visuais e destacam a necessidade de incluir esse segmento da sociedade nas discussões de prevenção e enfrentamento das mudanças climáticas e dos desastres associados.

Os resultados apresentados até aqui mostram um crescimento em diversos aspectos ao longo das edições, tanto no que diz respeito ao número total de inscrições, a variedade dos públicos envolvidos, os níveis de ensino, como também a participação das regiões, das Unidades Federativas e dos municípios. Mesmo que sejam aumentos tímidos, em números ainda reduzidos, estes resultados representam um diagnóstico nacional do desenvolvimento da ERRD na educação básica.

Nosso propósito deste capítulo foi de trazer para discussão a representatividade dessas iniciativas escolares e a possibilidade de impacto em seus territórios. Ao mesmo tempo, constitui-se como base de informações para o planejamento estratégico local, regional e nacional de futuros projetos, programas, políticas públicas direcionadas ao fortalecimento e preenchimento das lacunas identificadas.

Conhecer o perfil dessas 238 comunidades escolares e suas respectivas localizações foi parte inicial de como esses caminhos da ERRD foram desenvolvidos no Brasil. Agora que já sabemos onde e quem, seguiremos neste percurso investigativo do que e como foram essas práticas em ERRD.